

**Havendo ainda diligências importantes durante a próxima semana, não é certo que a acusação do Ministério Público fique pronta antes das férias judiciais**

## Os dois principais arguidos ainda vão voltar a ser interrogados

**Mariana Oliveira**

O ex-juiz Rui Rangel e a mulher, Fátima Galante, que foi aposentada compulsivamente da magistratura, ainda vão ser interrogados na próxima semana pela procuradora Maria José Morgado e pelo colega Vítor Pinto, os dois titulares do processo conhecido como *Operação Lex*, um caso centrado nas actividades ilícitas dos dois antigos juizes do Tribunal da Relação de Lisboa.

Fátima Galante, que está separada de facto de Rangel há mais de uma década, já esteve há uma semana no Supremo Tribunal de Justiça, onde corre o inquérito, para ser novamente interrogada. Mas perante a imputação de novos factos pediu mais tempo para analisar as alegações. Deverá ser interrogada no início da próxima semana, sendo pouco provável que quebre o silêncio por que optou no primeiro interrogatório perante o juiz de instrução, que determinou a sua suspensão de funções em Fevereiro de 2018. Também Rui Rangel foi confrontado ontem no Supremo com os novos factos que constam do processo, tendo igualmente solicitado mais tempo para ser sujeito a novo interrogatório que deve

acontecer até ao final da próxima semana. Estas devem ser as últimas diligências deste inquérito, que se encontra na recta final. Fontes ligadas à investigação dizem, contudo, ser difícil terminar a acusação até ao início das férias judiciais, a 16 de Junho.

O PÚBLICO sabe que o Ministério Público (MP) tem estado nas últimas semanas a interrogar de novo os principais suspeitos do caso, que segundo informações oficiais da Procuradoria-Geral da República tem actualmente 18 arguidos. Dois destes ganharam esse estatuto já este ano, como é o caso do juiz desembargador Luís Vaz das Neves, ex-presidente da Relação de Lisboa, que já se encontra jubilado, indiciado por ser cúmplice de Rangel em crimes de corrupção e ainda de ter abusado do seu poder. O MP suspeita que este magistrado terá viciado a distribuição de três processos, entregando-os a juizes determinados previamente, ajudando Rangel a vender a sua influência para garantir determinados desfechos em processos judiciais.

Dois dos juizes da Relação de Lisboa que foram relatores em dois destes casos, Orlando Nascimento, que sucedeu a Vaz das Neves na presidência da Relação de Lisboa, e Rui Gonçalves, também estão envolvidos nas suspei-

tas, mas, até ao momento, não foram constituídos arguidos. Em Janeiro foram ouvidos no inquérito, apenas na qualidade de testemunhas.

Tal indica que é cada vez mais provável que o MP opte por abrir um novo inquérito com base na cópia certificada dos elementos já recolhidos na *Operação Lex* para investigar de forma mais aprofundada a actuação destes dois juizes, que se mantêm no activo.

Os magistrados já não se livram, contudo, dos inquéritos disciplinares abertos pelo plenário do Conselho Superior da Magistratura (CSM), no início de Março, numa decisão tomada por unanimidade pelo órgão que fiscaliza os juizes. O mesmo aconteceu a Vaz das Neves, que apesar de já não estar no activo, mantém a maior parte dos apertados deveres profissionais de qualquer magistrado.

Os inquéritos disciplinares, que se encontram com diligências em curso, foram abertos na sequência da conclusão do relatório preliminar de uma auditoria aberta pelo CSM para avaliar eventuais fraudes na distribuição de processos naquele tribunal. A investigação foi aberta a 13 de Fevereiro após o CSM ter sido informado pelo MP da constituição como arguido de Vaz das Neves, na *Operação Lex*. O CSM anunciou então que foram encontrados “no mínimo” três casos em que as distribuições apresentam “fortes indícios de abuso de poder”. Essa inspecção detectou centenas de processos distribuídos manualmente nos últimos anos, que estiveram no últimos quatro meses e meio a ser escrutinados. Os resultados finais devem ser apresentados em breve.

Os indícios recolhidos apontam para que a viciação da distribuição tenha sido feita através do recurso a uma ferramenta do próprio sistema informático que permite ao responsável pela distribuição – em princípio o presidente do tribunal – entregar um caso específico a um juiz específico. **com Ana Henriques**



**Fátima Galante tem optado pelo silêncio nos interrogatórios**

[mariana.oliveira@publico.pt](mailto:mariana.oliveira@publico.pt)